



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

RESOLUÇÃO Nº 74 /2020

5ª SESSÃO: 31/01/2020

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

RECORRIDO: DALKA DO BRASIL LTDA.

CGF: 06.620320-1

PROCESSO Nº: 1/5530/2018

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/2018.12619-9

CONSELHEIRA RELATORA: MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA

EMENTA: ICMS. Omissão de Saídas. Vendas de mercadoria sujeita a tributação normal desacompanhada de nota fiscal. Levantamento Quantitativo de Estoques. Reexame Necessário conhecido e Provido. Retorno dos autos a 1ª Instância para novo julgamento. Nulidade por falta de clareza e falta de prova não acatada. Decisão por unanimidade de votos e de acordo com Parecer emitido pela Célula de Assessoria Processual Tributária adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. Decisão amparada no art. 85 da Lei nº 15.614/14.

Palavra Chave: Omissão de Saídas – SLE – Nulidade por Falta de Clareza – Falta de Prova.

RELATO:

O presente processo tem como objeto a acusação de deixar de emitir documento fiscal, em operações tributadas, apurada por meio do Levantamento de Estoque das matérias-primas empregadas nos produtos acabados, cisterna e caixa d'água, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017.

Na Informação Complementar, fls. 4/12, o agente do fisco detalha o procedimento, noticiando que:

1. o levantamento de estoque foi reduzido à posição da matéria-prima na entrada, saída e inventário, em estado bruto e na composição do produto acabado;
2. “para quantificar a matéria-prima no produto acabado foi aplicada a “FICHA TÉCNICA”, de produção que estabelece a relação quantitativa da matéria-prima (MP) necessária para a produção de uma unidade do produto acabado (PA), com indicativo da perda industrial, se for o caso”, fl. 4;
3. elenca a ficha técnica dos produtos acabados;



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

4. “para facilitar o processo de contagem dos itens no estoque de matéria-prima, foi adotada a metodologia do AGRUPAMENTO DE ITENS, cujo objetivo é reduzir sua extensão”, fl.5, para tanto foi criado grupos de itens com características comuns;
5. informa que utilizou os seguintes CFOP's que movimentam estoque: 1201, 1410, 1949, 2151, 2201, 2949, 3101, 5101, 5401, 5910, 5912, 5949, 6101, 6107, 6116, 6118, 6151, 6152, 6401, 6910, 6912, 6949;
6. CFOP's dos itens que não movimentaram estoque: 3949, 5923 e 6922;
7. nas entradas foi considerada a matéria-prima em estado bruto e no produto acabado que entrou no estabelecimento de terceiro/participante e/ou por meio de NF-e de entrada (própria);
8. em seguida faz o detalhamento utilizado nas entradas, saídas, inventários;
9. aplica a penalidade prevista no art. 123, III, “b”.1 da Lei nº 12.670/1996.

Constam no processo o Mandado de Ação Fiscal nº 2018.00831, Termo de Início nº 2018.01512, Termo de Intimação nº 2018.07454, Termo de Conclusão nº 2018.10138 e CD contendo os documentos objeto da autuação.

Contribuinte vem aos autos e apresenta defesa tempestiva, fls. 25/33, argumentando que:

1. inicialmente, apresenta um resumo da ação fiscal;
2. a empresa efetua as operações de entrada e saída de mercadorias com os devidos documentos fiscais, bem como na devida escrituração fiscal dos livros fiscais;
3. toda operação da empresa descaracteriza a citação do art. 123, III, “b” da Lei nº 12.670/1996, uma vez que todas as vendas estão pautadas e amparadas em notas fiscais, e consequentemente as compras de matéria-prima e demais insumos, desta forma a metodologia utilizada pela fiscalização não reflete a situação de estoque da requerida;
4. cita o Contrato DNOCS nº 26/2012 e Contrato com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário nº 183/2014;
5. faz um detalhamento da composição dos produtos acabados;
6. finaliza requerendo a nulidade do auto de infração e que seja julgado insubsistente.

O julgador monocrático decide pela nulidade da acusação fiscal, fls. 48/51, por falta de clareza e falta de prova quanto à natureza e a extensão da infração apontada, com os seguintes fundamentos:

1. é comum a utilização do método de análise de estoque de mercadorias/produtos com fim de detectar eventuais omissões (entrada e/ou saída) em determinado período, tem previsão no art. 827 caput do Dec. nº 24.569/1997; inclusive com a possibilidade de apuração do montante real tributável, se for o caso (em caso de omissão de obrigação principal);



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

2. a metodologia consiste no confronto entre o quantitativo de estoque de mercadoria disponíveis para produção/venda no exercício fiscalizado (Estoque Inicial + Compras)(1) e o quantitativo de mercadoria para saída (vendas + Estoque Final)(2)
3. para o lançamento do imposto é necessário que o agente do fisco anexe todos os relatórios que embasaram o levantamento, “ a julgar pelo exame do arquivo “RELATÓRIO_AUDITORIA_ANEXO.XLSX”, única peça que integra a mídia digital (CD, às fls.19), em conjunto com a narrativa constante das “Informações Complementares”, os retromencionados procedimentos não foram observados, além de não estar claramente demonstrada a infração apontada...”.
4. Considerando que a decisão é contrária aos interesses do erário, interpõe o reexame necessário, nos termos do art. 104, § 1º da Lei nº 15.614/2014.

O processo é encaminhado à Célula de Assessoria Processual Tributária, que emite o Parecer nº 249/2019, sugerindo o conhecimento do Reexame Necessário, dar-lhe provimento e retornar o processo para primeira instância para novo julgamento, sob os seguintes fundamentos:

1. na informação complementar, por várias vezes, o agente do fisco cita a Escrita Fiscal Digital – EFD;
2. os relatórios anexos apesar de não estarem identificados com títulos, tem seu conteúdo muito claro e permite sua plena identificação;
3. a “Ficha Técnica” de produção de que se utilizou a auditoria para estabelecer a relação quantitativa da matéria-prima e produto acabado, consta às fls. 4 da informação complementar;
4. s planilhas foram utilizadas como fonte de dados para cálculo da omissão de entrada.

O douto representante da Procuradoria Geral do Estado adota o parecer emitido pela assessoria tributária.

Este é o relato.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

Voto da Relatora:

O presente processo tem como objeto a infração de venda de mercadoria com tributação normal, apurada por meio do Levantamento Quantitativo de Estoque de mercadorias primas empregadas nos produtos acabados: “cisterna e caixa d’água” alusiva ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017.

O julgador monocrático declarou a nulidade por falta de clareza e falta de prova quanto à natureza e a extensão da infração apontada, abaixo transcrevemos excertos do julgamento:

“A julgar pelo exame do arquivo “RELATÓRIO_AUDITORIA_ANEXOS. Xlsx”, única pela que integra a mídia digital (CD, às fls.19), em conjunto com a narrativa constante das “informações Complementares”, os retromencionados procedimentos não foram observados, além de não estar claramente demonstrado a infração apontada, pelas razões adiante descritas:

- a) a origem dos dados não está claramente demonstrada (se da EFD e em que medida (se da EFD e em que medida);
- b) as planilhas constantes do citado arquivo “RELATÓRIO DE AUDITORIA” denominadas de “ANEXOS” (numerados de ANEXO1 a ANEXO8) apresentam-se sem a identificação do conteúdo (o breve relato nas “informações complementares” não ajuda);
- c) a citada “FICHA TÉCNICA” de produção de que se utilizou a auditoria para estabelecer a relação quantitativa da matéria-prima (MP) ao respectivo do produto acabado (PA), tanto nas entradas quanto nas saídas, não se encontra presente nos autos;
- d) inventários, por não terem sido informados no bloco H do SPED (não informa o exercício fiscal a que se refere) não farão parte do levantamento do estoque (o estoque final foi calculado);
- e) em nenhuma das citadas planilhas (anexos) está evidenciada a suposta omissão de saída...”

Inicialmente é preciso ressaltar que o Levantamento Quantitativo de Estoque – SLE tem previsão no art. 827, caput do Decreto nº 24.569/1997, abaixo transcrito:

Art. 827. O movimento real tributável, realizado pelo estabelecimento em determinado período, poderá ser apurado através de levantamento fiscal e contábil em que serão considerados o valor de entradas e saídas de mercadorias, o dos estoques inicial e final, as despesas, outros gastos, outras



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

receitas e lucros do estabelecimento, inclusive levantamento unitário com identificação das mercadorias e outros elementos informativos.

O método, acima mencionado, consiste numa verificação fiscal, onde se examina a igualdade da equação estoque inicial mais as compras e estoque final mais as vendas ($EI + C = EF + V$). Quando essa equação é negativa ocorre uma omissão de compra e quando apresenta-se positiva indica uma omissão de venda. Embora seja mais utilizada nas empresas comerciais, o método pode ser perfeitamente utilizado nas indústrias, caso em que devem ser observados vários aspectos tais como: ficha de produção, percentuais de perda e ganho, matérias-primas utilizadas nos produtos acabados, etc.

Examinando os autos, em especial a informação complementar, constata-se que o agente do fisco apresentou a Ficha de Técnica dos produtos acabados, fl. 4, contendo a quantidade de matéria-prima bruta e líquida.

Consta, ainda, no CD, fl. 19, diversos relatórios, com os dados da fiscalização. Insta, ainda, mencionar que a informação fiscal contém um detalhamento do procedimento utilizado na ação fiscal, inclusive com a notícia de que os dados foram extraídos da EFD do autuado transmitia para Sefaz.

Por outro lado, compulsando a defesa, fls.29/38, a empresa limitou-se a afirmar que todas as operações de entrada e saída são efetuadas com documentos fiscais, não fez nenhuma contestação quanto aos produtos utilizados na elaboração do produto final ou, mesmo, erros nos percentuais de perda/ganho e agrupamentos realizados pelo agente fiscal.

A ausência dos arquivos originais, pode ser saneada, conforme estabelece parágrafo sexto do art. 84, abaixo transcrito, resguardado o direito ao contribuinte de tomar ciência e se manifestar acerca dos mesmos:

Art. 84. As irregularidades ou omissões passíveis de correção não serão declaradas nulas.
(...)

§ 6º As incorreções ou omissões do auto de infração e a inobservância de exigências meramente formais que não constituam prejuízo à defesa não acarretam a nulidade do ato administrativo, desde que haja elementos suficientes e possíveis à determinação do sujeito passivo, a natureza da infração e o montante do crédito tributário.

Diante das provas constantes no processo, bem como, do relato claro não vislumbramos a existência de cerceamento ao direito de defesa do contribuinte, razão pela qual não acatamos a nulidade sugerida pelo julgador monocrático.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

Por todo o exposto, voto no sentido de conhecer do Reexame Necessário, dar-lhe provimento, não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, determinando o retorno do processo à instância originária para a realização de novo julgamento, de acordo com o art. 85 da Lei nº 15.614/2014, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

Este é o voto.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
Conselho de Recursos Tributário

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os autos onde Recorrente Célula de Julgamento de 1ª Instância. e recorrido: DALKA DO BRASIL LTDA, a 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Reexame Necessário, dar-lhe provimento e, em razão de não acolher a decisão declaratória de nulidade proferida em 1ª Instância, resolve determinar o retorno do processo à instância originária para a realização de novo julgamento, tal como estabelece o artigo 85 da Lei nº 15.614/14, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 19 de agosto de 2020.

FRANCISCO JOSE DE
OLIVEIRA
SILVA:29355966334

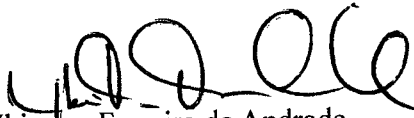
Assinado de forma digital por
FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA
SILVA:29355966334
Dados: 2020.08.19 15:03:54 -03'00'

Francisco José de Oliveira Silva
Presidente

MARIA ELINEIDE
SILVA E
SOUZA:25954237387

Assinado de forma digital por
MARIA ELINEIDE SILVA E
SOUZA:25954237387
Dados: 2020.08.17 13:35:18
-03'00'

Maria Elineide Silva e Souza
Conselheira


Ubiratan Ferreira de Andrade
Procurador do Estado
Ciente: 19 / 08 / 2020